



**SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS
ESPORTIVOS S.A.**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações de valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Após um uma recuperação de resultados muito relevante que apresentamos no trimestre passado conseguimos entregar neste 4T21 resultados ainda melhores que corroboram a tendência iniciada no segundo semestre. Os resultados encerram um ano de 2021 que foi motivo de muito orgulho, tanto nos resultados financeiros obtidos em um cenário difícil, como no sucesso da transformação que iniciamos junto a nossa controladora, o Grupo SBF, ao deixar de ser apenas Centauro e passando ser parte integrante de um ecossistema de esporte composto agora também por Fisia, NWB e Onefan.

Seguimos confiantes em nossa tese de crescimento com expansão das lojas G5, forte crescimento da plataforma digital, ganho de market share e experiência omnichannel superior. Após um começo de ano ainda impactado por restrições no varejo físico e com o mercado online ainda desorganizado, conseguimos encerrar 2021 com crescimento e margem bruta em níveis mais altos do que em períodos pré-pandemia. Nosso movimento para recomposição de preços iniciado em 2020 aliado às estratégias de sortimento, marketing digital e distribuição nos possibilitaram entregar crescimento de receita sem abrir mão de rentabilidade em um ano desafiador.

Reaceleramos a expansão das lojas G5 que, após o término do lockdown, seguem entregando resultados acima da média das lojas da rede, confirmando que cada vez mais, é essencial oferecer ao cliente uma experiência diferenciada nas lojas. No ano, abrimos 17 novas lojas e reformamos 19. Encerramos o ano com 227 lojas com 231.062 m². Neste 4T21, inauguramos duas novas lojas G5 no Shopping Iguatemi JK e Faria Lima, que serão importantes para aumentar nossa atuação em uma das regiões mais importantes do país.

Além da recuperação dos resultados de Centauro, 2021 já foi marcado pelas primeiras conquistas importantes para o Grupo SBF na construção de um ecossistema de esporte. Junto ao Grupo evoluímos em projetos estruturantes essenciais para suportar o crescimento nos próximos anos, principalmente na revisão da malha logística e na criação da SBF Ventures.

Concluimos a revisão da malha logística e começamos a executar a primeira parte de um plano para melhorar o nível de serviço dos canais digitais e integrar a logística de Fisia e Centauro, as primeiras iniciativas já começaram a ser realizadas em 2021 com uma melhora perceptível nos prazos de entrega aos nossos clientes de Centauro.

Iniciamos 2022 sabendo que temos pela frente mais um ano desafiador com um cenário importante de investimentos a serem realizados, porém nosso compromisso com resultados sustentáveis continua o mesmo. Seguimos perseguindo novas avenidas de crescimento para fomentar o ecossistema do esporte e agradecemos a todos os nossos stakeholders que seguem apoiando nossa Companhia.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas 3 (j) e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ativos fiscais diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, cuja recuperação depende da geração de lucros tributáveis futuros.</p> <p>Esta projeção é feita com base no plano de negócios da Companhia, e utiliza premissas como taxa de crescimento da receita, estimativa de crescimento das despesas e de margem de contribuição para fundamentar a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Devido ao maior risco de distorções relevantes, fruto do alto grau de incerteza na utilização de premissas para projeção dos lucros tributáveis futuros e do impacto que eventuais alterações nessas premissas poderia trazer para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as premissas do plano de negócio da Companhia utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros para os quais os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social possam ser utilizados e comparamos com dados obtidos de fontes externas tais como índices de inflação, projeção de crescimento de mercado, estimativa do PIB, percentual de crescimento histórico das despesas e margem de contribuição, assim como analisamos os resultados históricos da Companhia utilizados como base de projeção.</p> <p>Adicionalmente, com o auxílio de nossos especialistas em impostos, avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia e na nossa auditoria, a natureza das diferenças temporárias, a base do prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social utilizados para registro dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Analisamos ainda as divulgações relacionadas ao reconhecimento dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras.</p> <p>Baseados nos procedimentos de auditoria acima sumarizados e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos aceitáveis o saldo dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Provisão e passivos contingentes tributários

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos relativos a tributos decorrentes do curso normal de seus negócios. A mensuração, a classificação da probabilidade de perda e o reconhecimento contábil da provisão, assim como a divulgação de passivos contingentes requerem julgamento da Companhia e de seus assessores jurídicos.</p> <p>Devido julgamento significativo relativo aos processos de natureza tributária, inclusive das estimativas contábeis na classificação da probabilidade de perda, que apresentam alto grau de incerteza na estimativa, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos as práticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões para contingências tributárias e divulgação dos passivos contingentes relacionadas à tributos, incluindo as divulgações nas demonstrações financeiras.</p> <p>Obtivemos as confirmações junto aos consultores legais externos que representam a Companhia nos processos judiciais e administrativos relativos aos aspectos fiscais, e confrontamos com os valores contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras. Também obtivemos as movimentações no ano para as provisões de contingências tributárias e aplicamos testes documentais por amostragem.</p> <p>Para os processos tributários mais significativos, envolvemos nossos especialistas da área Legal para comparar a avaliação da Companhia com a jurisprudência aplicável às teses fiscais. Avaliamos ainda a adequação das divulgações relacionadas às provisões para contingências tributárias e contingências tributárias com classificação de perda possível nas demonstrações financeiras.</p> <p>No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que, apesar de imateriais, afetaram a divulgação de passivos contingentes, os quais não foram corrigidos pela administração.</p> <p>Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as provisões para contingências tributárias registradas, bem como as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração sobre os resultados consolidados.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP014428/O-6



Fernando Rodrigues Nascimento
Contador CRC 1SP244524/O-1

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e
31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais)



Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Ativo circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	6	228.287	167.737	104.929	234.791	167.964	104.945
Contas a receber	7	2.029.747	3.171.002	1.849.506	2.029.708	3.171.002	1.847.052
Estoque	8	646.257	627.166	668.512	646.257	627.166	668.512
Tributos a compensar	9	294.089	275.634	284.144	301.671	282.972	290.318
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	-	15.471	39.799	3	15.474	39.802
Partes relacionadas - outras contas a receber	11	-	135.363	80.279	-	87.470	44.611
Outras contas a receber		17.147	14.876	12.988	19.038	17.620	17.094
Total do ativo circulante		3.215.527	4.407.249	3.040.157	3.231.468	4.369.668	3.012.334
Ativo não circulante							
Outras contas a receber		324	324	536	324	324	536
Tributos a compensar	9	54.424	241.028	396.536	54.424	241.028	396.536
Imposto de renda e contribuição social a compensar	10	70.674	-	-	70.674	-	-
Ativo fiscal diferido	12	296.006	219.685	-	296.006	250.526	25.034
Depósitos judiciais	13	55.041	35.778	21.628	137.597	116.910	99.602
Total do realizável a longo prazo		476.469	496.815	418.700	559.025	608.788	521.708
Investimento	14	12.556	-	2.898	-	-	-
Imobilizado	15	391.998	267.087	241.104	391.998	267.087	241.104
Intangível	16	194.462	140.000	117.576	194.462	140.000	117.576
Direito de uso	17	1.260.620	1.162.255	1.137.058	1.260.620	1.162.255	1.137.058
Total do ativo não circulante		2.336.105	2.066.157	1.917.336	2.406.105	2.178.130	2.017.446
Total do ativo		5.551.632	6.473.406	4.957.493	5.637.573	6.547.798	5.029.780

Passivo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020	31/12/2021	31/12/2020	01/01/2020
Passivo circulante			(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)
Fornecedores	18	1.745.468	3.138.881	1.779.155	1.745.499	3.138.881	1.781.799
Empréstimos e financiamentos	19	129.733	93.275	27.037	129.733	93.275	27.037
Debêntures	19	77.743	-	-	77.743	-	-
Arrendamentos a pagar	17	175.959	110.053	92.675	175.959	110.053	92.675
Obrigações tributárias	20	41.190	108.270	63.743	41.202	108.274	63.903
Imposto de renda e contribuição social a recolher		13.929	13.179	-	13.929	13.179	-
Impostos parcelados	21	36.801	40.778	47.958	56.681	49.417	55.000
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	22	135.911	73.250	151.028	135.911	73.250	151.028
Passivos a descoberto em controladas	14	-	4.123	-	-	-	-
Partes relacionadas - outras contas a pagar		-	-	5.994	-	-	5.694
Outras contas a pagar		49.869	57.094	32.348	50.207	57.115	32.439
Total do passivo circulante		2.406.603	3.638.903	2.199.938	2.426.864	3.643.444	2.209.575
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	19	165.260	278.850	7.552	165.260	278.850	7.552
Debêntures	19	451.042	226.762	-	451.042	226.762	-
Arrendamentos a pagar	17	1.240.143	1.100.847	1.056.640	1.240.143	1.100.847	1.056.640
Impostos parcelados	21	36.611	69.872	104.524	90.127	99.254	130.385
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	668.335	-	-	668.335
Provisões para contencioso	13	192.295	178.804	142.735	204.459	219.273	181.160
Passivo fiscal diferido		-	-	1.636	-	-	-
Total do passivo não circulante		2.085.351	1.855.135	1.981.422	2.151.031	1.924.986	2.044.072
Patrimônio líquido	23						
Capital social		783.054	783.054	452.082	783.054	783.054	452.082
Reservas de capital		83.749	83.749	71.050	83.749	83.749	71.050
Reservas de lucros		192.875	112.565	253.001	192.875	112.565	253.001
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		1.059.678	979.368	776.133	1.059.678	979.368	776.133
Participações de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		1.059.678	979.368	776.133	1.059.678	979.368	776.133
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.551.632	6.473.406	4.957.493	5.637.573	6.547.798	5.029.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas líquidas	24	4.754.898	3.564.370	4.754.898	3.564.370
Custo das vendas e dos serviços prestados	25	(3.367.711)	(2.695.960)	(3.367.711)	(2.695.960)
Lucro bruto		1.387.187	868.410	1.387.187	868.410
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	26	(937.948)	(793.235)	(937.948)	(793.235)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(935)	(438)	(935)	(438)
Administrativas e gerais	26	(243.305)	(200.742)	(254.211)	(205.585)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas		487	(5.672)	490	(5.672)
Resultado com equivalência patrimonial	14	(54.365)	(7.021)	-	-
Despesas operacionais, líquidas		(1.236.066)	(1.007.108)	(1.192.604)	(1.004.930)
Lucro (prejuízo) operacional		151.121	(138.698)	194.583	(136.520)
Receitas financeiras	27	47.067	94.552	48.752	97.572
Despesas Financeiras	27	(221.248)	(187.059)	(235.554)	(196.428)
Despesas financeiras líquidas		(174.181)	(92.507)	(186.802)	(98.856)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		(23.060)	(231.205)	7.781	(235.376)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	4.685	(197.092)	4.685	(197.092)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	98.685	287.860	67.844	292.031
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Acionistas controladores		80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da companhia					
Lucro (prejuízo) básico por ação (média ponderada)				0,04	(0,10)
Lucro (prejuízo) diluído por ação (média ponderada)				0,04	(0,10)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Acionistas controladores	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Resultado abrangente do exercício	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



		Atribuível aos acionistas controladores							
		Reservas de capital			Reservas de lucros				
		Capital social	Ágio	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Total	Total do patrimônio líquido consolidado
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (reapresentado)	Nota	452.082	71.050	-	25.254	227.747	-	776.133	776.133
Aumento de capital	23	1.530.972	-	-	-	-	-	1.530.972	1.530.972
Redução de capital	23	(1.200.000)	-	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
Contribuição de capital da controladora		-	-	12.700	-	-	-	12.700	12.700
Prejuízo do exercício		-	(1)	-	1	-	(140.437)	(140.437)	(140.437)
Constituição de reserva		-	-	-	-	(140.437)	140.437	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)		783.054	71.049	12.700	25.255	87.310	-	979.368	979.368
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.310	80.310	80.310
Constituição de reserva		-	-	-	4.016	76.294	(80.310)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		783.054	71.049	12.700	29.271	163.604	-	1.059.678	1.059.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	107.250	106.982	107.250	106.982
Amortização do direito de uso	158.407	135.581	158.407	135.581
Juros sobre empréstimos e financiamentos	23.515	7.497	23.515	7.497
Juros sobre debêntures	31.379	-	31.379	-
Juros sobre parcelamentos de tributos	3.722	4.320	24.880	14.350
Juros sobre pagamentos em atraso	694	3.915	2.720	3.916
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	935	438	935	438
Juros sobre atraso de impostos	21.248	11.934	28.788	11.934
Resultado de equivalência patrimonial	54.365	7.021	-	-
Contribuição de capital da controladora	-	12.700	-	12.700
Custo residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	17.687	12.187	17.687	12.187
Baixa residual arrendamentos	2.726	(2.900)	2.726	(2.900)
Provisão para obsolescência do estoque	36.734	25.446	36.734	25.446
Ajuste a valor presente, líquido	(1.574)	3.836	(1.574)	3.836
Juros de arrendamento mercantil	110.151	96.819	110.151	96.819
Descontos sobre arrendamento mercantil	(23.744)	(46.108)	(23.744)	(46.108)
Constituição líquida de provisão para contencioso	40.078	51.618	16.542	53.662
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários	(56.587)	-	(56.587)	-
Exclusão do ICMS na BC do PIS e da COFINS	(39.734)	-	(39.734)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.685)	197.092	(4.685)	197.092
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(98.685)	(287.860)	(67.844)	(292.031)
	464.192	200.081	447.856	200.964
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	1.143.613	(1.342.620)	1.143.652	(1.345.074)
Estoques	(55.825)	15.900	(55.825)	15.900
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	209.267	261.463	209.023	260.299
Depósitos judiciais	(19.263)	(14.150)	(20.687)	(17.308)
Outras contas a receber	(2.271)	(1.888)	(1.418)	(526)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(1.397.352)	1.371.023	(1.399.347)	1.368.378
Obrigações tributárias, imposto de renda e contribuição social a recolher	(60.529)	45.772	(68.061)	45.616
Parcelamentos de tributos	(40.960)	(46.152)	(26.743)	(51.064)
Contingências pagas	(26.587)	(15.549)	(31.356)	(15.549)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	62.661	(77.778)	62.661	(77.778)
Outras contas a pagar	(7.225)	24.746	(6.908)	24.676
Variação nos ativos e passivos:	(194.471)	220.767	(195.009)	207.570
Juros pagos sobre financiamentos	(24.990)	(9.946)	(24.990)	(9.946)
Juros pagos sobre debêntures	(27.144)	(5.272)	(27.144)	(5.272)
Juros pagos sobre arrendamento	(110.151)	(96.819)	(110.151)	(96.819)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(197.092)	-	(197.092)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	107.436	111.719	90.562	99.405
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	(169.408)	(104.717)	(169.408)	(104.717)
Adições no intangível	(97.251)	(61.220)	(97.251)	(61.220)
Diminuição de aplicações financeiras	-	212	-	212
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(266.659)	(165.725)	(266.659)	(165.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	17.626	364.371	17.626	364.371
Emissão de debentures	297.788	232.034	297.788	232.034
Empréstimos e financiamentos pagos	(93.283)	(24.386)	(93.283)	(24.386)
Arrendamentos pagos	(66.677)	(56.764)	(66.677)	(56.764)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(668.335)	-	(668.335)
Partes relacionadas	135.363	(61.078)	87.470	(48.553)
Aumento de capital em controladas	(71.044)	-	-	-
Aumento de capital	-	330.972	-	330.972
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	219.773	116.814	242.924	129.339
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	60.550	62.808	66.827	63.019
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	167.737	104.929	167.964	104.945
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	228.287	167.737	234.791	167.964
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	1.526	1.638	1.526	1.638

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas	5.851.853	4.469.490	5.851.853	4.469.490
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	5.833.316	4.451.320	5.833.316	4.451.320
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(935)	(438)	(935)	(438)
Outras receitas operacionais	19.472	18.608	19.472	18.608
Insumos adquiridos de terceiros	(2.914.175)	(3.311.845)	(2.915.267)	(3.312.358)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.458.538)	(2.931.185)	(2.458.538)	(2.931.185)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(373.428)	(339.172)	(374.520)	(339.685)
Perda de valores ativos	(82.209)	(41.488)	(82.209)	(41.488)
Valor adicionado bruto	2.937.678	1.157.645	2.936.586	1.157.132
Depreciação e amortização	(265.657)	(242.562)	(265.657)	(242.562)
Valor adicionado líquido	2.672.021	915.083	2.670.929	914.570
Valor recebido em transferência	(3.427)	90.120	52.651	99.079
Resultado de equivalência patrimonial	(54.365)	(7.020)	-	-
Receitas financeiras	50.938	97.140	52.651	99.079
Valor adicionados total a distribuir	2.668.594	1.005.203	2.723.580	1.013.649
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	427.759	307.025	427.859	307.006
Remuneração direta	284.678	236.022	284.752	236.003
Benefícios	117.034	49.784	117.055	49.784
FGTS	26.047	21.219	26.052	21.219
Impostos, taxas e contribuições	1.824.121	524.005	1.861.443	518.906
Federais	688.706	(38.111)	719.592	(43.363)
Estaduais	1.114.489	543.493	1.120.914	543.493
Municipais	20.926	18.623	20.937	18.776
Remuneração de capitais de terceiros	336.404	314.610	353.968	328.174
Despesas financeiras (juros)	181.914	272.305	195.397	181.719
Aluguéis	28.260	1.760	28.260	1.760
Outras	126.230	40.545	130.311	144.695
Remuneração de capitais próprios	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)
Lucros retidos (prejuízos acumulados)	80.310	(140.437)	80.310	(140.437)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Controladora”, ou “SBF Comércio”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto “SBF Comércio” ou “Companhia”.

Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B.

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada direta, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, roupas, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional.

A lista das entidades consolidadas é apresentada abaixo:

	Participação societária		Atividade
	Direta		
	2021	2020	
Controlada			
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	99,99%	99,99%	Comércio esportivo

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 14.

Canais de venda:

Rede física representada por 227 lojas (211 lojas em 2020); e Comércio eletrônico através do site centauro.com.br

Centros de distribuição

Extrema – Minas Gerais
 Jarinu – São Paulo
 João Pessoa – Paraíba
 Duque de Caxias – Rio de Janeiro
 Itajaí – Santa Catarina

1.1 Coronavírus (“Covid-19”)

Coronavírus (COVID-19) foi reconhecido como pandemia em março de 2020, desde então os governos mundiais passaram a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus e criando pacotes de estímulos econômicos. A Companhia vem acompanhando o cenário com perspectiva de alavancagem impulsionada pelo crescimento nas vendas principalmente no e-commerce. As medidas adotadas desde 2020, como a criação de comitê de crise, fechamento e posterior reabertura gradual das lojas, reforço de caixa, negociação com fornecedores foram fatores que contribuíram para o plano de preservação dos colaboradores, parceiros e das operações da Companhia.

Além dessas medidas, tomadas substancialmente em 2020 e adaptadas conforme a evolução do cenário em 2021, a Companhia, considerando os Ofícios Circulares da CVM/SNC 02 e 03/2020 e 01/2021, analisou os principais riscos e incertezas advindos da COVID-19 frente às suas informações financeiras e não identificou elementos que configurem em risco de continuidade operacional.

A Companhia continuará, ao longo de 2022, o seu constante monitoramento do mercado em busca de identificar uma eventual deterioração, especialmente decorrentes da pandemia da COVID-19, mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem aumento da percepção do risco de crédito. Eventuais mudanças que deteriore o ambiente econômico e de negócios, se manifestadas em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem acarretar perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros. Os impactos relacionados ao anúncio do período pós-pandêmico não são facilmente quantificados, principalmente devido ao rápido e constante desenvolvimento da situação. Os riscos decorrentes de surtos de doenças e epidemias, em especial aqueles decorrentes da pandemia da COVID-19, podem contribuir de maneira significativa para a deterioração das condições econômicas no Brasil e global e poderia, entre outras consequências, (i) tornar mais difícil ou oneroso para a Companhia obter financiamento para as operações ou refinar a dívida no futuro; (ii) prejudicar a condição financeira de clientes e fornecedores; e (iii) reduzir os programas de investimentos. A Companhia mantém constante monitoramento sobre os riscos de taxas de juros e taxas de câmbio, gestão do risco de crédito e de gerenciamento de capital (nota explicativa nº 28). Adicionalmente, a Administração da Companhia mantém um permanente monitoramento do risco de liquidez por meio da gestão de seus recursos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (nota explicativa nº 6) e a disponibilidade de linhas de crédito que permitem administrar seu nível de endividamento (nota explicativa nº 19).

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

(BR GAAP). As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BRGAAP.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo; e
- pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio mensurados pelo valor justo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as Controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da Controladora.

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas conforme o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes.

A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da demonstração do valor adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada conforme o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.



2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) *Julgamentos*

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 17 – prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação; e

Nota explicativa nº 18 – operações de *reverse factoring*: apresentação de valores relacionados a acordos de financiamento de fornecedores no balanço patrimonial e na demonstração dos fluxos de caixa.

b) *Incertezas sobre premissas e estimativas*

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no período dos próximos 12 meses estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 12** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais e diferenças temporárias possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 13** - reconhecimento e mensuração de provisão para contencioso: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 15**- teste de redução ao valor recuperável dos ativos instalados em lojas: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis.

(i) *Mensuração do valor justo*

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa

- **Nota explicativa nº 28** - gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes.

a. Base de consolidação	21
b. Transações em moeda estrangeira	22
c. Ajuste a valor presente	22
d. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita	22
e. Receita de contrato com cliente	22
f. Receitas e despesas com fretes	23
g. Benefícios a empregados	23
h. Subvenção governamental	24
i. Receitas financeiras e despesas financeiras	24
j. Impostos de renda e contribuição social	24
k. Estoques	25



l. Imobilizado	26
m. Ativos intangíveis	27
n. Instrumentos financeiros.....	27
o. Empréstimos, financiamentos e debêntures.....	29
p. Lucro por ações.....	29
q. Redução ao valor recuperável (impairment)	30
r. Provisões	32
s. Arrendamentos.....	32
t. Mensuração do valor justo	34

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia o direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas e quaisquer lucros não realizados derivados de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida,



mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

c. Ajuste a valor presente

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

d. Segmentos operacionais, informações geográficas e de receita

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

e. Receita de contrato com cliente

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

- **Venda de mercadorias:** A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.
- **Venda de mercadorias por meio do e-commerce:** A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.
- **Serviços prestados:** A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Informações adicionais sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas ao reconhecimento da receita, estão descritas na nota explicativa nº 24.

f. Receitas e despesas com fretes

As receitas com fretes cobrados de clientes no envio de mercadorias adquiridas no canal de *e-commerce* são reconhecidas como receitas na rubrica de serviços prestados. Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

h. Subvenção governamental

A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas do grupo nesses estados.

No 3º trimestre de 2021, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, com mesmo número, e-PTA-RE nº 45.000003011-16, que, dentre as alterações, a mais significativa foi a do artigo 54, sobre o prazo de vigência do benefício por prazo indeterminado.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

j. Impostos de Renda e Contribuição Social

As empresas da Companhia são tributadas com base no lucro real conforme legislação vigente onde, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço

patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e seja provável que elas não sejam revertidas num futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas controladas individualmente.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

k. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Se o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

I. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2-10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

m. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

Representa os valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

Os softwares referem-se aos gastos com licenças do sistema de gestão empresarial.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas e patentes	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

n. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros,

e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isto inclui todos os instrumentos financeiros derivativos (veja nota explicativa nº 28). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a VJR - mensurados subsequentemente ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros, são reconhecidas no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Instrumentos de dívida a VJORA - esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é classificado no resultado.
- Instrumentos patrimoniais a VJORA - esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iv) Desreconhecimento**Ativos financeiros**

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

o. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

p. Lucro por ações

O cálculo do lucro básico por cotas foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações e na média ponderada de cotas em circulação.

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da controladora, os prejuízos diluídos por cotas são iguais aos prejuízos básicos por cotas devido ao efeito antidilutivo das opções de cotas em circulação.

q. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) **Ativos financeiros não derivativos** **Instrumentos financeiros e ativos contratuais**

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que esta seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas em função da carteira de recebíveis da

Companhia referente às administradoras de cartão de crédito, por conterem baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.



(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

r. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

s. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

t. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance).

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, veja nota explicativa nº 28.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados

de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

Novas normas são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que haja impactos significativos em suas demonstrações financeiras.

- a) Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37); e
- b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
- c) Outras normas
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:
 - Revisão anual das normas IFRS 2018–2020;
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
 - Classificação do passivo em circulante ou não circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1);
 - Divulgação de políticas contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS practice statement 2);
 - e
 - Definição de estimativas contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

5. RETIFICAÇÃO DE ERROS

Durante o exercício de 2021, a Companhia identificou ajustes contábeis relacionados ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020 em decorrência de desvios em relação as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Desta forma, os saldos em relação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e o saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020 foram ajustados em conformidade com o CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Erro e CPC 26(R1) / IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis com o objetivo de corrigir os seguintes erros:

Controladora e Consolidado

- (a) A Companhia efetuava o cálculo da despesa de depreciação dos ativos imobilizados de benfeitorias em imóveis de terceiros pelo método linear, considerando a vida útil fiscal de 20 anos. A Administração remensurou a vida útil dos respectivos ativos levando em consideração a vida útil econômica individual dos ativos e os prazos determinados dos contratos de arrendamento subjacentes;
- (b) Remensurações de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento para os contratos de arrendamento em que a Companhia está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogação, considerando inclusive a análise de fatores como incentivos econômicos associados com os efeitos da determinação das novas vidas úteis estimadas dos ativos subjacentes de benfeitorias em imóveis de terceiros conforme descrito no item (a);
- (c) Reversões de receitas reconhecidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para as quais as obrigações de desempenho só foram integralmente cumpridas no mês imediatamente posterior do exercício subsequente;
- (d) Reconhecimento de despesas com pessoal e respectiva contribuição de capital da controladora da Companhia relacionado à remuneração de pagamento baseado em ações do pessoal chave da administração liquidado em instrumentos patrimoniais da controladora da Companhia, a Grupo SBF S.A.;
- (e) Na demonstração de valor adicionado, a classe de outras distribuições relacionada a distribuição do valor adicionado foi agrupada em remuneração de capitais de terceiros, assim como outras receitas originalmente apresentado em valor recebido em transferência foi reclassificado para receitas, para fins de melhor comparabilidade das informações apresentadas.
- (f) Na demonstração de fluxo de caixa das atividades operacionais, as variações nos ativos e passivos foram reclassificadas para ajustar o prejuízo do exercício para fins de melhor comparabilidade das informações apresentadas. Adicionalmente, o montante de juros de arrendamento pagos foram reclassificados da atividades de financiamento para atividades operacionais.

As tabelas a seguir resumem os impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro 2020 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2020:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020

Ativo	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Ativo circulante							
Contas a receber	(c)	3.189.981	(18.979)	3.171.002	3.189.981	(18.979)	3.171.002
Estoques	(c)	618.374	8.792	627.166	618.374	8.792	627.166
Outros ativos		609.081	-	609.081	571.500	-	571.500
Total do ativo circulante		4.417.436	(10.187)	4.407.249	4.379.855	(10.187)	4.369.668
Realizável a longo prazo		496.815	-	496.815	608.788	-	608.788
Total realizável a longo prazo		496.815	-	496.815	608.788	-	608.788
Imobilizado	(a) / (b)	487.227	(220.140)	267.087	487.227	(220.140)	267.087
Intangível		140.000	-	140.000	140.000	-	140.000
Direito de uso	(b)	1.138.661	23.594	1.162.255	1.138.661	23.594	1.162.255
Total do ativo não circulante		2.262.703	(196.546)	2.066.157	2.374.676	(196.546)	2.178.130
Total do ativo		6.680.139	(206.733)	6.473.406	6.754.531	(206.733)	6.547.798
Passivo							
Passivo circulante							
Outros passivos circulante		3.530.633	-	3.530.633	3.535.170	-	3.535.170
Obrigações tributárias	(c)	113.037	(4.767)	108.270	113.041	(4.767)	108.274
Total do passivo circulante		3.643.670	(4.767)	3.638.903	3.648.211	(4.767)	3.643.444
Passivo não circulante							
Arrendamentos a pagar	(b)	1.076.017	24.830	1.100.847	1.076.017	24.830	1.100.847
Outros passivos não circulante		754.288	-	754.288	824.139	-	824.139
Total do passivo não circulante		1.830.305	24.830	1.855.135	1.900.156	24.830	1.924.986
Patrimônio líquido		1.206.164	(226.796)	979.368	1.206.164	(226.796)	979.368
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.680.139	(206.733)	6.473.406	6.754.531	(206.733)	6.547.798



Demonstrações de resultados em 31 de dezembro de 2020

	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020	Ajustes	31/12/2020	31/12/2020	Ajustes	31/12/2020
		(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)	(Originalmente apresentado)		(Reapresentado)
Receitas líquidas	(c)	3.578.582	(14.212)	3.564.370	3.578.582	(14.212)	3.564.370
Custos das vendas e serviços prestados	(c)	(2.704.752)	8.792	(2.695.960)	(2.704.752)	8.792	(2.695.960)
Lucro bruto		873.830	(5.420)	868.410	873.830	(5.420)	868.410
Receitas (despesas) operacionais							
Vendas	(a) / (b)	(785.594)	(7.641)	(793.235)	(785.594)	(7.641)	(793.235)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(438)	-	(438)	(438)	-	(438)
Administrativas e gerais	(a)	(200.306)	(436)	(200.742)	(205.149)	(436)	(205.585)
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	(b)	7.028	(12.700)	(5.672)	7.028	(12.700)	(5.672)
Resultado com equivalência patrimonial		(7.021)	-	(7.021)	-	-	-
Prejuízo operacional		(112.501)	(26.197)	(138.698)	(110.323)	(26.197)	(136.520)
Receitas financeiras		94.552	-	94.552	97.572	-	97.572
Despesas financeiras	(b)	(185.044)	(2.015)	(187.059)	(194.413)	(2.015)	(196.428)
Despesas financeiras líquidas		(90.492)	(2.015)	(92.507)	(96.841)	(2.015)	(98.856)
Prejuízo antes dos impostos		(202.993)	(28.212)	(231.205)	(207.164)	(28.212)	(235.376)
Imposto de renda e contribuição social		90.768	-	90.768	94.939	-	94.939
Prejuízo líquido do exercício		(112.225)	(28.212)	(140.437)	(112.225)	(28.212)	(140.437)
Prejuízo líquido por ação atribuível aos acionistas							
Prejuízo básico por ação (média ponderada)					(0,08)	(0,02)	(0,10)
Prejuízo diluído por ação (média ponderada)					(0,08)	(0,02)	(0,10)

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2020

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Referência	Controladora		Consolidado		31/12/2020 (Reapresentado)
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	
Prejuízo líquido do exercício		(112.225)	(28.212)	(140.437)	(112.225)	(140.437)
Ajustado por:						
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	(a) / (b)	97.929	9.053	106.982	97.929	106.982
Amortização do direito de uso	(b)	136.557	(976)	135.581	136.557	135.581
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(f)	11.586	(4.089)	7.497	11.586	7.497
Juros sobre debêntures	(f)	6.156	(6.156)	-	6.156	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(f)	-	438	438	-	438
Contribuição de capital da controladora	(d)	-	12.700	12.700	-	12.700
Juros de arrendamento mercantil	(b)	101.382	(4.563)	96.819	101.382	96.819
Imposto de renda e contribuição social corrente	(f)	-	197.092	197.092	-	197.092
Outras variações		(216.591)	-	(216.591)	(215.708)	(215.708)
		24.794	175.287	200.081	25.677	200.964
Variações em:						
Contas a receber	(c)	(1.361.161)	18.541	(1.342.620)	18.541	(1.345.074)
Estoques	(c)	24.692	(8.792)	15.900	24.692	15.900
Tributos a compensar, diferido, IRPJ e CSLL a compensar	(f)	254.885	6.578	261.463	253.721	260.299
Obrigações tributárias, imposto de renda e contribuição social a recolher	(c) / (f)	247.631	(201.859)	45.772	247.475	45.616
Outras variações nos ativos e passivos		1.240.252	-	1.240.252	1.230.829	1.230.829
Varição nos ativos e passivos:		406.299	(185.532)	220.767	393.102	207.570
Juros pagos sobre arrendamento	(f)	-	(96.819)	(96.819)	(96.819)	(96.819)
Outros pagamentos		(212.310)	-	(212.310)	(212.310)	(212.310)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		218.783	(107.064)	111.719	206.469	99.405
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
Atividades de investimento		(165.725)	-	(165.725)	(165.725)	(165.725)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento		(165.725)	-	(165.725)	(165.725)	(165.725)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Empréstimos e financiamentos tomados	(f)	360.282	4089	364.371	4.089	364.371
Emissão de debentures	(f)	225.878	6.156	232.034	6.156	232.034
Arrendamentos pagos	(f)	(153.583)	96.819	(56.764)	96.819	(56.764)
Outras atividades de financiamento		(422.827)	-	(422.827)	-	(410.302)

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	9.750	107.064	116.814	22.275	107.064	129.339
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	62.808	-	62.808	63.019	-	63.019
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	104.929		104.929	104.945		104.945
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	167.737		167.737	167.964		167.964
Transações que não afetaram caixa						
Adição ao imobilizado, intangível e direito de uso	1.638	-	1.638	1.638	-	1.638

Demonstrações de valor adicionado em 31 de dezembro de 2020

	Referência	Controladora		Consolidado			
		31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2020 (Originalmente apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (Reapresentado)
Receitas		4.470.299	(809)	4.469.490	4.470.299	(809)	4.469.490
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	(c)	4.470.299	(18.979)	4.451.320	4.470.299	(18.979)	4.451.320
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		-	(438)	(438)	-	(438)	(438)
Outras receitas	(e)	-	18.608	18.608	-	18.608	18.608
Insumos adquiridos de terceiros		(3.321.074)	9.229	(3.311.845)	(3.321.587)	9.229	(3.312.358)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(c)	(2.939.976)	8.791	(2.931.185)	(2.939.976)	8.791	(2.931.185)
Outros insumos adquiridos de terceiros		(339.172)	-	(339.172)	(339.685)	-	(339.685)
Perda de valores ativos		(41.926)	438	(41.488)	(41.926)	438	(41.488)
Valor adicionado bruto		1.149.225	8.420	1.157.645	1.148.712	8.420	1.157.132
Depreciação e amortização	(a) / (b)	(234.486)	(8.076)	(242.562)	(234.486)	(8.076)	(242.562)
Valor adicionado líquido		914.739	344	915.083	914.226	344	914.570
Valor recebido em transferência		108.728	(18.608)	90.120	117.687	(18.608)	99.079
Outras receitas operacionais	(e)	18.608	(18.608)	-	18.608	(18.608)	-
Outros valores recebidos em transferência		90.120	-	90.120	99.079	-	99.079
Valor adicionados total a distribuir		1.023.467	(18.264)	1.005.203	1.031.913	(18.264)	1.013.649
Distribuição do valor adicionado							
Pessoal		294.325	12.700	307.025	294.306	12.700	307.006
Remuneração direta	(d)	223.322	12.700	236.022	223.303	12.700	236.003
Pessoal - outros		71.003	-	71.003	71.003	-	71.003



Impostos, taxas e contribuições		528.772	(4.767)	524.005	523.673	(4.767)	518.906
Federais	(c)	(36.701)	(1.410)	(38.111)	(41.953)	(1.410)	(43.363)
Estaduais	(c)	546.850	(3.357)	543.493	546.850	(3.357)	543.493
Municipais		18.623	-	18.623	18.776	-	18.776
Remuneração de capitais de terceiros		312.595	2.015	314.610	326.159	2.015	328.174
Despesas financeiras (juros)	(b)	270.290	2.015	272.305	279.660	(97.941)	181.719
Aluguéis		1.760	-	1.760	1.760	-	1.760
Viagens e estadia	(e)	5.367	(5.367)	-	5.367	(5.367)	-
Seguros e Indenizações	(e)	7.590	(7.590)	-	7.592	(7.592)	-
Outras despesas	(e)	27.588	12.957	40.545	31.780	112.915	144.695
Remuneração de capitais próprios		(112.225)	(28.212)	(140.437)	(112.225)	(28.212)	(140.437)
Lucros retidos (prejuízos acumulados)		(112.225)	(28.212)	(140.437)	(112.225)	(28.212)	(140.437)

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram rerepresentadas em decorrência dos ajustes no prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro 2020 e saldo de abertura de 1º de janeiro de 2020.



6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos financeiros de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	5.919	8.597	5.919	8.597
Bancos	7.152	11.636	13.656	11.863
Aplicações financeiras	215.216	147.504	215.216	147.504
	228.287	167.737	234.791	167.964

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 65% para aplicações diárias (54% em aplicações diárias 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

7. CONTAS A RECEBER

As contas a receber correspondem, em sua maior parte, recebíveis de cartão de crédito e duplicatas a receber pela distribuição de atacado – partes relacionadas.

Representam instrumentos financeiros ativos classificados como “custo amortizado” (nota explicativa nº 28)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Administradora de cartão de crédito	(a)	796.530	593.057	796.530	593.057
Duplicatas a receber		11.241	7.833	11.241	7.833
Subtotal		807.771	600.890	807.771	600.890
Duplicatas a receber – partes relacionadas	(nota 11)	1.221.976	2.573.405	1.221.937	2.573.405
Ajuste a valor presente		-	(3.293)	-	(3.293)
		2.029.747	3.171.002	2.029.708	3.171.002

- (a) Refere-se ao saldo a receber de administradoras de cartões de crédito que está distribuído em diversas operadoras de cartões. A Companhia possui operações de vendas de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito, sem direito de regresso. Tais operações são efetuadas sempre que a Companhia entende que tem a necessidade de caixa imediato. Em 31 de dezembro de 2021 não havia saldo de venda de recebíveis (R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2020).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na nota explicativa nº 27 no montante de R\$ 20 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 5.643 em 31 de dezembro de 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não registrou provisão para perda de crédito esperada, fundamentada por não identificar probabilidade de perdas na carteira de recebíveis, considerando que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes levando em consideração o histórico do relacionamento com a Companhia (não há histórico de perdas) e rating de crédito avaliado pelo mercado.

A seguir apresentamos o aging list consolidado:

Aging	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Vencidos acima de 120 dias	32	245
Vencidos acima de 90 dias	12	70
Vencidos até 90 dias	216	148
Vencidos até 60 dias	20	117
Vencidos até 30 dias	650	399
A vencer até 30 dias	270.422	207.211
A vencer de 31 a 60 dias	163.738	139.174
A vencer de 61 a 90 dias	131.555	84.468
A vencer de 91 a 120 dias	71.001	53.876
A vencer de 121 a 180 dias	90.464	115.182
A vencer acima de 181 dias	79.661	-
Total	807.771	600.890

8. ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo. As perdas em estoques são estimadas com base no histórico de perdas reais a nível de loja, grupo de produtos e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração. Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão:

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Mercadoria de revenda (lojas)	437.116	456.372
Mercadoria de revenda (centros de distribuição)	186.731	161.248
Importação em andamento	13.941	4.004
Almoxarifado	8.469	5.542
	646.257	627.166

Movimentação de provisão para perdas

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(15.793)	(11.604)
Adição	(36.734)	(25.446)
Perdas efetivas nos estoques	39.191	21.257
Saldo Final	(13.336)	(15.793)

A Companhia constituiu a provisão de R\$ 36.734 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 25.446 em 31 de dezembro de 2020). A provisão de R\$ 13.336 (R\$ 15.793 em 31 de dezembro de 2020) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a rotatividade dos produtos. O montante de R\$ 39.191 (R\$ 21.257 em 31 de dezembro de 2020) representa as perdas efetivas, baixado das rubricas mercadoria para revenda e provisão.

9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ICMS (a)	58.523	34.905	58.523	34.905
PIS (b)	41.500	41.135	41.642	41.522
COFINS (b)	189.635	189.442	191.901	191.451
IRRF	806	6.834	806	6.834
INSS	3.625	3.316	8.799	8.258
IOF	-	2	-	2
Ativo circulante	294.089	275.634	301.671	282.972
ICMS	51.518	58.154	51.518	58.154
PIS	519	28.810	519	28.810
COFINS	2.387	226.396	2.387	226.396
Credito PIS e COFINS (b)	73.497	-	73.497	-
(-) Redução credito PIS e COFINS	(73.497)	(72.332)	(73.497)	(72.332)
Ativo não circulante	54.424	241.028	54.424	241.028
Total a compensar	348.513	516.662	356.095	524.000

- (a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio decorrentes da Portaria CAT 17, Portaria CAT 158 e Portaria CAT 42 entre outros.
- (b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: A Companhia ingressou em 2006 com ações judiciais para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017. Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF proferiu decisão favorável ao contribuinte para permitir a exclusão e com base neste entendimento, a Companhia com base na consulta aos seus advogados externos, obteve para a tese, a classificação como êxito provável.

No segundo trimestre de 2019, a Companhia tomou conhecimento do trânsito em julgado favorável de decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região em relação a ação proposta pela controladora em relação ao tema, possibilitando o reconhecimento de crédito tributário de PIS e COFINS passível de mensuração confiável no montante de R\$ 675.017, relativos ao período de apuração de 2004 a 2019. Nas mesmas linhas, foi efetuado o registro de uma provisão no valor de R\$ 72.332, por estar ao aguardo de uniformização jurisprudencial, reduzindo dessa forma o saldo do crédito, que totalizou um montante líquido de R\$ 602.685.

A Companhia mensurou e reconheceu tais créditos com base no montante efetivamente destacado nas notas fiscais de venda, aplicando o índice de correção monetária determinado nas sentenças decisórias de seus processos.

Em maio de 2021, houve a decisão de repercussão geral do STF, corroborando com a decisão dos processos citados acima, como transitado em julgado.

No exercício de 2020, a Companhia iniciou a utilização dos créditos por meio de pedidos de compensação. No mais, a Companhia vem reconhecendo regularmente a exclusão do ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS desde a decisão do STF de 2017 com repercussão geral com as mesmas premissas anteriormente destacadas.

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 193.537, e a previsão de utilização dos créditos, é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

Adicionalmente, apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia entende que os créditos de PIS e COFINS mensurados de forma confiável e reconhecidos por direito, são baseados na melhor interpretação da legislação vigente, no critério de essencialidade definido jurisprudencialmente, considerando a decisão proferida pelo STJ no Resp. 1.221.170/PR, cujo acórdão definiu o conceito de insumo para fins de cálculo de créditos de PIS e COFINS, reconhecendo a aplicação do conceito intermediário de insumo, ou seja, despesas que sejam essenciais ou relevantes para a atividade econômica do contribuinte. O Grupo inclusive, apoiado por seus assessores jurídicos externos, avalia permanentemente a jurisprudência sobre a matéria.

Adotando de forma consistente a interpretação embasada descrita acima, a Companhia tem apurado anualmente créditos de PIS e COFINS, sendo todos passíveis de mensuração confiável e objeto de registro contábil correspondente.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR - CONSOLIDADO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ/CSLL s/ Selic	70.674	-
IRPJ/CSLL	3	15.474
	70.677	15.474
Circulante	3	15.474
Não circulante	70.674	-

Em 23 de dezembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria em seu Plenário para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário, quando do julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), afetado pela dinâmica da repercussão geral. A controladora da Companhia ajuizou ação judicial em junho de 2019, com o fim de discutir o mérito em epígrafe e requerer a exclusão da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) da parcela relativa aos juros moratórios e à correção monetária, dentre eles a SELIC,



proveniente da repetição de tributos pagos indevidamente, bem como de reaver os valores recolhidos a esse título desde os 05 anos anteriores à impetração da ação.

Considerando os efeitos definitivos da repercussão geral julgada pelo STF, a Companhia com o auxílio de especialistas tributários e de seus assessores jurídicos, realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e registrando os seguintes efeitos em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021: i) R\$ 56.587, sendo R\$ 52.489 de principal e R\$ 4.098 de atualização monetária, créditos estes a serem habilitados quando do trânsito em julgado da ação individual ajuizada pela Companhia, e ii) o montante de R\$ 22.223 relativo a impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos períodos que a Companhia apurou base fiscal negativa. A Companhia aguarda o prosseguimento das etapas processuais necessárias, para início da compensação dos valores.

Os referidos valores foram apurados com base na melhor estimativa contábil, com razoável segurança e na capacidade da Companhia de demonstrar a recuperabilidade de prejuízos fiscais.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda e locação com empresas relacionadas e com operações complementares, em transações semelhantes às condições usuais de mercado, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

Ativo circulante – outras contas a receber	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Grupo SBF S.A.	-	87.470	-	87.470
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	47.893	-	-
	-	135.363	-	87.470

Transações comerciais

A SBF Comércio realiza operações com as Companhias pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo:

Operações compra e venda de mercadorias - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A Companhia aplica a margem com valor de mercado na operação de venda. Em relação ao valor

apresentado abaixo com a rubrica de custo de mercadoria vendida, a mesma inclui o custo das vendas, bem como a margem recebida na venda da contraparte.

Operações de frete - A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e, também, efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Esta operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF Comércio e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

Os resultados gerados nas demonstrações de resultado da Companhia entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Venda de mercadorias – Premier Distribuidora	1.877.939	1.383.375
Custo de mercadoria vendida – Premier Distribuidora	(1.872.440)	(1.432.949)
Fretes e logística – VBLOG Logística	(42.783)	(32.936)
	<u>(37.284)</u>	<u>(82.510)</u>
	Serviços áudio visual	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	613	-
Network Participações S.A.	(13)	-
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	(600)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>

Compras de mercadorias - A Companhia também efetua operações de compra com a empresa Fisia Comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro.

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia, do armazém localizado em Extrema-MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Store Engenharia, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo dos períodos.

Os valores de contas a receber da nota nº 7 e fornecedores da nota nº 18, referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber		
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda (a)	1.214.758	2.473.945
Vblog Logística e Transportes Ltda.	4.170	99.460
Store Engenharia e Instalações Ltda.	19	-
Pacipar Participações Ltda.	(2)	-
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	4	-
Grupo SBF SA	154	-
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	39	-
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	2.774	-
Network Participações S.A	60	-
	1.221.976	2.573.405
Fornecedores		
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda (a)	1.062.935	2.324.229
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	149.403	165.607
Vblog Logística e Transportes Ltda.	13.867	96.242
Grupo SBF S.A.	-	3.078
	1.226.205	2.589.156

- (a) No segundo trimestre de 2021, a Companhia efetuou uma análise de conciliação entre as operações de compra e venda intercompany em aberto e resultou na compensação dos saldos de clientes e fornecedores com a empresa Premier.

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema-MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo-SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 1% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R\$ 19.306 (de R\$ 15.608 em dezembro de 2020).

Transações eliminadas na consolidação

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante - Contas a receber		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	39	47.893
	39	47.893
Passivo circulante - Contas a pagar		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	-	-
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	39	47.893
	39	47.893

Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” nas demonstrações do resultado.

	31/12/2021		31/12/2020	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração (Reapresentado)	Administração executiva (Reapresentado)
Salários e pró labore	7.212	6.613	-	7.010
Participação nos lucros	-	8.090	-	5.908
Pagamento baseado em ações	-	-	12.700	-
	7.212	14.703	12.700	12.918

12. ATIVO FISCAL DIFERIDO

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

Consolidado

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	128.389	-	-	150.264	128.389
Provisões gerais e contingências	59.599	55.558	-	-	59.599	55.558
Provisões efeito ajuste a valor presente	936	1.874	-	-	936	1.874
Provisão para estoques	4.534	5.370	-	-	4.534	5.370
Provisão de bônus	14.593	848	-	-	14.593	848
Depreciação(*)	226.212	136.570	(169.605)	(101.766)	56.607	34.804
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(47.367)	9.473	23.683
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	527.188	399.659	(231.182)	(149.133)	296.006	250.526
Montante passível de compensação	(231.182)	(149.133)	231.182	149.133	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	296.006	250.526	-	-	296.006	250.526

Controladora

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	96.459	-	-	150.264	96.459
Provisões gerais e contingências	59.599	56.647	-	-	59.599	56.647
Provisões efeito ajuste a valor presente	936	1.874	-	-	936	1.874
Provisão para estoques	4.534	5.370	-	-	4.534	5.370
Provisão de bônus	14.593	848	-	-	14.593	848
Depreciação(*)	226.212	136.570	(169.605)	(101.766)	56.607	34.804
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(47.367)	9.473	23.683
		-				
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	527.188	368.818	(231.182)	(149.133)	296.006	219.685
Montante passível de compensação	(231.182)	(149.133)	231.182	149.133	-	-
Imposto líquido (ativos passivos)	296.006	219.685	-	-	296.006	219.685

(*) Efeito da amortização sobre os arrendamentos – direito de uso.

A Companhia preparou um estudo técnico, com base em projeção de resultados futuros, para suportar a realização desses impostos diferidos nos próximos exercícios. O estudo técnico é revisado frequentemente.

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados futuros para utilização do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no período demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a Companhia. Conforme política contábil adotada, a Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis para que o Grupo possa utilizar seus benefícios nos próximos 9 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos está representada abaixo (consolidado):

Ano	31/12/2021
2022	-
2023	-
2024	2.402
2025	19.072
2026	43.817
2027	63.429
2028	43.076
2029	54.153
2030	70.057
	296.006

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizada uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos com de copa do mundo , resultando em um crescimento médio de 13,5% a.a.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho de 0,88%p.p. a.a.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

Consolidado	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Efeito tributário	(Reapresentado)	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	362.982	123.414	-	-
Diferenças temporárias	1.745	593	221.376	75.268
	364.727	124.007	221.376	75.268

Controladora	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Efeito tributário	(Reapresentado)	
	Valor	Efeito tributário	Valor	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	215.595	73.302	-	-
Diferenças temporárias	-	-	-	-
	215.595	73.302	-	-

Movimento das diferenças temporárias

Consolidado

	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	128.389	30.029	3.552	(11.706)	150.264
Provisões gerais e contingências	55.558	4.041	-	-	59.599
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	(938)	-	-	936
Provisão para estoques	5.370	(836)	-	-	4.534
Provisão de bônus	848	13.745	-	-	14.593
Depreciação e amortização	34.804	21.803	-	-	56.607
Ágio	23.683	-	(3.552)	(10.658)	9.473
Lucro nos estoques	-	-	-	-	-
Imposto líquido ativo (passivo)	250.526	67.844	-	(22.364)	296.006

Controladora

	Saldo em 31/12/2020 (Reapresentado)	Reconhecidos no resultado	Ágio	Utilização imposto corrente	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa	96.459	61.959	3.552	(11.706)	150.264
Provisões gerais e contingências	56.647	2.952	-	-	59.599
Provisões efeito ajuste a valor presente	1.874	(938)	-	-	936
Provisão para estoques	5.370	(836)	-	-	4.534
Provisão de bônus	848	13.745	-	-	14.593
Depreciação e amortização	34.804	21.803	-	-	56.607
Ágio	23.683	-	(3.552)	(10.658)	9.473
Imposto líquido ativo (passivo)	219.685	98.685	-	(22.364)	296.006

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos	(23.060)	(231.205)	7.781	(235.376)
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	7.840	78.610	(2.646)	80.029
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(7.455)	(10.365)	(8.131)	(10.365)
Exclusões permanentes:				
Incentivo Fiscal	38.137	22.059	38.137	22.059
Receitas não tributáveis	1.972	4.536	4.684	4.536
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	(18.484)	(2.387)	-	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	4.745	-	(5.290)	-
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (a)	73.732	(1.330)	42.891	(1.330)
Efeito IR sobre Gratificação à administradores PAT	27	-	27	-
	803	-	803	-

Base Isenta Adicional IRPJ 10%	18	12	18	12
Outros	2.035	(367)	2.036	(2)
Imposto de renda e contribuição social	103.370	90.768	72.529	94.939
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	4.685	(197.092)	4.685	(197.092)
Diferido	98.685	287.860	67.844	292.031
Alíquota efetiva	-20%	85%	60%	84%

- (a) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic conforme descrito em nota explicativa nº 10 no montante de R\$ 70.678.

13. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA CONTENCIOSO

Depósitos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas em andamento e está discutindo estas questões, tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	43.881	25.733	101.442	81.846
Depósitos judiciais - rendimentos	7.239	4.987	32.234	30.006
Bloqueio judicial - trabalhista	3.921	5.058	3.921	5.058
Total	55.041	35.778	137.597	116.910

Em 2020, a Companhia ingressou com ação judicial com a discussão referente ao pagamento de diferencial de alíquota (partilha) pagas ao Estado destino nas vendas realizadas ao consumidor final. Após a decisão do Supremo Tribunal Federal no Recurso Repetitivo, os consultores da Companhia passaram a classificar os processos com possibilidade de perda remota. A previsão de retorno dos valores constantes em depósito judicial (R\$ 39.318 em 31 de dezembro de 2021) será somente após o término das discussões judiciais.

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				Saldo final em 31/12/2021
	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais	81.846	23.122	(1.793)	(3.185)	99.990
Rendimentos	30.006	6.471	(2.745)	(46)	33.686
Bloqueio judicial - trabalhista	5.058	355	(1.246)	(246)	3.921
Total	116.910	29.948	(5.784)	(3.477)	137.597

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais consolidado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				Saldo final em 31/12/2020
	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais	62.357	26.030	(5)	(6.536)	81.846
Rendimentos	28.102	2.416	(463)	(49)	30.006
Bloqueio judicial - trabalhista	9.143	1.219	(3.779)	(1.525)	5.058
Total	99.602	29.665	(4.247)	(8.110)	116.910

As adições representam novos depósitos judiciais e atualizações monetárias, as baixas representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e os depósitos foram resgatados pela parte contrária que demandaram as ações e, as reversões, representam os processos onde houve ganho de causa para a Companhia.

Provisões para contencioso

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Cível / consumidor (a)	5.038	12.823	5.038	12.823
Trabalhistas (b)	32.365	32.015	32.365	32.015
Tributário (c)	154.892	133.966	167.056	174.435
Total	192.295	178.804	204.459	219.273

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 consolidado, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				Saldo final em 31/12/2021
	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível / consumidor (a)	12.823	8.673	(16.458)	-	5.038
Trabalhistas (b)	32.015	12.462	(4.153)	(7.959)	32.365
Tributário (c)	174.435	21.998	(10.745)	(18.632)	167.056
Total	219.273	43.133	(31.356)	(26.591)	204.459

As movimentações do saldo das provisões para contencioso para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado				Saldo final em 31/12/2020
	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível / consumidor (a)	2.601	13.855	(3.633)	-	12.823
Trabalhistas (b)	33.962	11.821	(11.916)	(1.852)	32.015
Tributário (c)	144.597	38.375	-	(8.537)	174.435
Total	181.160	64.051	(15.549)	(10.389)	219.273

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia

perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para a Companhia ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

a. *Processos de natureza cível / consumidor*

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui R\$ 5.038 (R\$ 12.823 em 31 de dezembro de 2020) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor, provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R\$ 36.986 (R\$ 41.257 em 31 de dezembro de 2020) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências.

b. *Processos de natureza trabalhista*

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em dezembro de 2021, a Companhia possui R\$ 32.365 (R\$ 32.015 em 31 de dezembro de 2020) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 59.001 (R\$ 73.159 em 31 de dezembro de 2020) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências.

c. *Processos de natureza tributária*

Em dezembro de 2021, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 167.056 (R\$ 174.435 em 31 de dezembro de 2020)

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato do Fisco de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais hoje, são discutidos na esfera administrativa e judicial. Adicionalmente, está a discussão administrativa, acerca do recolhimento do IPI, na venda de produtos importados.

Adicionalmente aos processos mencionados acima, existem outros relacionados a classificação de mercadoria, ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 337.286 (R\$ 243.411 em dezembro de 2020), conforme



avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

Imposto	31/12/2021	31/12/2020
FGTS	91.467	88.151
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL	52.201	50.785
IRPJ e CSLL	97.399	94.650
IPI	174	169
PIS / COFINS	1.987	34
IOF	7.484	7.271
INSS	85.121	599
Outros	1.453	1.752
Total	337.286	243.411

- (a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 91.467 (R\$ 88.151 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existe também a discussão no montante de R\$ 50.717 (R\$ 49.322 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.484 (R\$ 1.463 em 31 de dezembro de 2020) referente à multa agravada.
- (c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 28.728 (R\$ 28.086 em 31 de dezembro de 2020), por eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011 a título de incentivos e dos ajustes de estoque, ocorridos nos exercícios de 2009 e 2010. Discute também o montante de R\$ 68.338 (R\$ 66.237 em 31 de dezembro de 2020), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos. As demais discussões perfazem o montante de R\$ 333 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2020).
- (d) **IPI** – Existe discussão no montante de R\$ 174 (R\$ 169 em 31 de dezembro de 2020) por conta de suposta falta de recolhimento de IPI e Multa por suposto enquadramento incorreto na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (e) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 35 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2020), referente às divergências apuradas por não homologação de pedido de compensação de créditos relativos ao ano de 2008. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.952 referente à compensações não homologadas, relativos à créditos de 2013.
- Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no REsp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 23.732 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.863 em 31 de dezembro de 2020) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais).
- (f) **IOF** – Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R\$ 7.484 (R\$ 7.271 em 31 de dezembro de 2020), do período de 2014 e 2015.
- (g) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária diante de divergência em GFIP, no montante de R\$ 906 (R\$ 599 em 31 de dezembro de 2020). Discute-se ainda o montante de R\$ 84.215, referentes à compensações não homologadas e multa, relativos à créditos de verbas previdenciárias de 2013 à 2018.

- (h) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedido de compensação e multa por estimativa de IRPJ, CSLL, PIS e II entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 1.453 (R\$ 1.752 em 31 de dezembro de 2020).

Processos estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 23,2% (22,6% em 31 de dezembro de 2020) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 143.229 (R\$ 178.668 em 31 de dezembro de 2020), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelo Fisco.

Processos municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro 2021, o montante de R\$ 226 (R\$ 529 em 31 de dezembro de 2020), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os exercícios de 2014 a 2016.

14. INVESTIMENTOS E PASSIVOS A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	12.556	(4.123)
Total	<u>12.556</u>	<u>(4.123)</u>

A movimentação dos investimentos no exercício é apresentada a seguir:

Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2019	<u>2.898</u>
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(7.021)
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2020 - (Reapresentado)	<u>(4.123)</u>
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2020 - (Reapresentado)	<u>(4.123)</u>
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	(54.365)
Aumento de participação em controlada	71.044
Saldo de investimento em 31 de dezembro de 2021	<u>12.556</u>

A equivalência patrimonial é apresentada a seguir:

	Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.
Investimento	
Ativo	98.536
Passivo	85.980
Patrimônio líquido	12.556
Participação	99,9999%
Investimento	12.556
Prejuízo do exercício	(54.365)
Participação	99,9999%
Equivalência patrimonial	54.365

15. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Computadores e periféricos	20	150.084	(99.876)	50.208	40.079
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	56.155	(40.648)	15.507	18.351
Móveis e utensílios	10	197.824	(88.374)	109.450	84.300
Veículos	20	135	(135)	-	16
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	686.347	(469.514)	216.833	124.341
Construções em andamento	(a)	-	-	-	-
		1.090.545	(698.547)	391.998	267.087

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2021 (Reapresentado)	Adições	Baixas	Transferências entre rubricas	Saldo final em 31/12/2021
Computadores e periféricos	130.205	3.480	(2.180)	18.579	150.084
Máquinas, equipamentos e ferramentas	58.244	736	(3.815)	990	56.155
Móveis e utensílios	166.451	643	(10.179)	40.909	197.824
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	568.199	48.404	(28.040)	97.783	686.346
Imobilizado em andamento (a)	-	117.671	-	(117.671)	-
Custo do imobilizado	923.234	170.934	(44.214)	40.590	1.090.544
Computadores e periféricos	(90.126)	(11.827)	2.077	-	(99.876)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(39.893)	(4.028)	3.273	-	(40.648)
Móveis e utensílios	(82.151)	(14.320)	8.097	-	(88.374)
Veículos	(119)	(16)	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(443.858)	(34.282)	13.092	(4.465)	(469.513)
Depreciação	(656.147)	(64.473)	26.539	(4.465)	(698.546)
Total do imobilizado líquido	267.087	106.461	(17.675)	36.125	391.998

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final em 31/12/2020 (Reapresentado)
Computadores e periféricos	107.931	1.248	(618)	21.644	130.205
Máquinas, equipamentos e ferramentas	59.521	877	(2.810)	656	58.244
Móveis e utensílios	149.097	915	(8.039)	24.478	166.451
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	528.744	219	(17.082)	56.318	568.199
Imobilizado em andamento (a)	-	103.096	-	(103.096)	-
Custo do imobilizado	845.428	106.355	(28.549)	-	923.234
Computadores e periféricos	(74.878)	(15.821)	573	-	(90.126)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(37.832)	(4.495)	2.434	-	(39.893)
Móveis e utensílios	(75.904)	(12.544)	6.297	-	(82.151)
Veículos	(92)	(27)	-	-	(119)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(415.618)	(35.693)	7.453	-	(443.858)
Depreciação	(604.324)	(68.580)	16.757	-	(656.147)
Total do imobilizado líquido	241.104	37.775	(11.792)	-	267.087

- (a) O saldo de Imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

Avaliação de impairment

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 1 (IAS 36), os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentem sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados anualmente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. A Administração não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2021, não existiam indícios de perda na recuperação dos seus ativos e, portanto, não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda.

16. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de comércio	Conforme contrato	16.058	(11.984)	4.074	5.229
Software	20	354.702	(164.314)	190.388	134.771
Marcas direito e patente	10	43	(43)	-	-
		370.803	(176.341)	194.462	140.000

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	-	(634)	-	16.058
Software	257.472	97.251	(21)	-	354.702
Marcas direito e patente	43	-	-	-	43
Custo do intangível	274.207	97.251	(655)	-	370.803
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	-	(11.984)
Software	(122.701)	(41.622)	9	-	(164.314)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	-	(43)
Amortização	(134.207)	(42.777)	643	-	(176.341)
Total do intangível líquido	140.000	54.474	(12)	-	194.462

A movimentação do intangível, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

	Saldo inicial em 01/01/2020	Adições	Baixas	Transferência entre rubricas	Saldo final em 31/12/2020
Fundo de comércio	14.451	2.842	(601)	-	16.692
Software	199.116	93	(22)	58.285	257.472
Marcas direito e patente	43	-	-	-	43
Software em andamento	-	58.285	-	(58.285)	-
Custo do intangível	213.610	61.220	(623)	-	274.207
Fundo de comércio	(10.955)	(729)	221	-	(11.463)
Software	(85.038)	(37.671)	8	-	(122.701)
Marcas direito e patente	(41)	(2)	-	-	(43)
Amortização	(96.034)	(38.402)	229	-	(134.207)
Total do intangível líquido	117.576	22.818	(394)	-	140.000

Conciliação de fluxo de caixa

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Depreciação de imobilizado	64.473	68.580
Amortização de intangível	42.777	38.402
Amortização de direito de uso	158.407	136.557
Despesas de depreciação e amortização na demonstração do fluxo de caixa	265.657	243.539
Despesa com depreciação e amortização - despesas com vendas	(nota 26) 194.939	170.668
Despesa com depreciação e amortização - despesas gerais e administrativas	(nota 26) 57.380	53.062
Total	252.319	223.730

A diferença entre os valores apresentados nas movimentações dos ativos imobilizados, intangíveis e direito de uso (notas 15, 16 e 17) em relação as despesas com depreciação e amortização apresentadas na nota explicativa 26, nos montantes de R\$ 13.337 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 19.809 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos efeitos de PIS e COFINS que estão sendo apresentados na linha da depreciação, no resultado do período.

17. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 05 e 25 anos e podem ter opção de renovação. Estes contratos são abrangidos pelo pronunciamento técnico do CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil.

Quantidade contratos:

Centros de distribuição	6
Edifícios administrativos	2
Lojas	227
	235

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
10 a 6	0,74%
6 a 3	0,67%
3 a 1	0,61%

A Companhia optou por não avaliar seus ativos com os benefícios concedidos em contrato de arrendamento relacionados à COVID-19, aplicando assim a norma CPC 06 R2, alterado pela Deliberação da CMV nº 859/20, considerando que a mudança não configura uma modificação do contrato de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2021, estes benefícios resultaram em um montante de R\$ 23.743 (R\$ 46.108 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no resultado da Companhia - nota explicativa nº 25.

a. Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso

	Imóveis
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.162.255
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817
(-) Transfência para imobilizado	(36.125)
(-) Amortização	(158.407)
(-) Baixas de contratos	(4.920)
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.260.620

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - direito de uso	Imóveis
	(Reapresentado)
(+) Adoção inicial em 1º de janeiro de 2020	1.137.058
(+/-) Novos contratos e remensuração	183.938
(-) Amortização	(136.557)
(-) Baixas de contratos	(22.184)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.162.255

b. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.210.900
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817
Apropriação juros incorridos	117.670
(-) Pagamentos passivo de arrend. - CP	(184.347)
(-) Descontos obtidos	(23.744)
(-) Baixas de contratos	(2.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.416.102
Circulante	175.959
Não circulante	1.240.143

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2020, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Imóveis
	(Reapresentado)
(+) Adoção inicial em 1º de janeiro de 2020	1.149.315
(+/-) Novos contratos e remensuração	184.978
Apropriação juros incorridos	101.382
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(153.583)
(-) Descontos obtidos	(46.108)
(-) Baixas de contratos	(25.084)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.210.900
Circulante	110.053
Não circulante	1.100.847

c. Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Consolidado
	Arrendamento
Até 1 ano	175.959
Entre 1 e 5 anos	595.335
Mais de 5 anos	644.808
Grupo como arrendatário	1.416.102

d. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 47.817 (R\$ 43.703 em dezembro de 2020) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme nota explicativa nº 25.

e. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de amortização do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação

(Em milhões de reais)	2022	2023	2024	2025	A partir de 2026	Passivo de arrendamento
Inflação projetada	5,00%	3,40%	3,10%	3,10%	3,10%	
Passivo de arrendamento	185	158	158	153	809	1.464

(Em milhões de reais)	Despesa de juros de arrendamento	Juros de arrendamento considerando fluxo corrigidos pela inflação	Despesa de amortização do direito de uso	Despesa de amortização considerando fluxo corrigido pela inflação
Consolidado	118	156	164	229

18. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de mercadorias para revenda	435.839	453.445	435.838	453.445
Fornecedores de materiais de consumo	83.424	97.999	83.456	97.999
Subtotal	519.263	551.444	519.294	551.444
Fornecedores de mercadorias - intercompany (nota 11)	1.226.205	2.589.156	1.226.205	2.589.156
Ajuste a valor presente	-	(1.719)	-	(1.719)
	1.745.468	3.138.881	1.745.499	3.138.881

A Companhia ofereceu um programa de antecipação de créditos para seus fornecedores junto às instituições financeiras, cujo principal objetivo deste programa é facilitar o processamento de pagamentos e permitir aos fornecedores dispostos a venda de seus recebíveis, antes da data de vencimento, sem direito a regresso. Essas operações de antecipações com fornecedores, não estendem significativamente as condições de pagamentos além dos termos normais acordados com os fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2021 havia o montante de R\$ 67.714 referente à antecipação de crédito (em 31 de dezembro de 2020 o montante de 56.837).

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empréstimos e financiamentos	31/12/2021	31/12/2020
Capital de giro	276.185	365.262
Financiamento de bens	18.808	6.863
Sub Total empréstimos	294.993	372.125
Debêntures	528.785	226.762
Total	823.778	598.887
Empréstimos e financiamentos	129.733	93.275
Debêntures	77.743	-
Circulante	207.476	93.275
Empréstimos e financiamentos	165.260	278.850
Debêntures	451.042	226.762
Não Circulante	616.302	505.612

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2021
Capital de giro	365.262	-	(91.183)	(23.756)	25.862	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.626	(96.993)	(24.990)	27.225	294.993
Debêntures	226.762	297.211	-	(27.144)	31.956	528.785
Total	598.887	314.837	(96.993)	(52.134)	59.181	823.778

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

	01/01/2020	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	31/12/2020
Capital de giro	32.698	352.400	(21.474)	(9.340)	10.978	365.262
Financiamento de bens	1.892	7.882	(2.913)	(606)	608	6.863
Empréstimos e financiamentos	34.590	360.282	(24.387)	(9.946)	11.586	372.125
Debêntures	-	225.878	-	(5.272)	6.156	226.762
Total	34.590	586.160	(24.387)	(15.218)	17.742	598.887

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 74,81% de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em 12,66% em 2021 (5,66% em 2020).

Termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

	Moeda	%	2021			2020		
			Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de Giro (a)	R\$	105% CDI a.a. - 100% CDI + 3,8%a.a	371.686	121.485	154.700	371.686	90.464	274.798
Financiamento de Bens (b)	R\$	100% CDI + 4%a.a a 13,10%a.a	16.211	8.248	10.560	10.849	2.811	4.052
Empréstimos e financiamentos			387.897	129.733	165.260	382.535	93.275	278.850
Debêntures	R\$	100% CDI + 3,4 %a.a.	530.000	77.743	451.042	230.000	-	226.762
Total de empréstimos e Financiamentos			917.897	207.476	616.302	612.535	93.275	505.612

- (a) São garantidos por alienação fiduciária dos bens.
- (b) Em 14 de maio de 2021, com o propósito de reforçar o caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio ("Debêntures"), para distribuição pública com esforços restritos de colocação, em regime de garantia firme, no valor total de R\$300.000.000. Como resultado da oferta de Debêntures, a SBF Comércio emitiu 300.000 debêntures em 25 de maio de 2021, no valor unitário de R\$1.000.

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas demonstrações financeiras.

Resumo dos empréstimos e financiamentos conforme vencimento

	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	121.485	76.990	77.543	167	276.185
Financiamento de bens	8.248	7.660	2.900	-	18.808
Empréstimos e financiamentos	129.733	84.650	80.443	167	294.993
Debêntures	77.743	175.184	175.990	99.868	528.785
Total	207.476	259.834	256.433	100.035	823.778

20. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
PIS	5.400	1.443
COFINS	12	3.437
ICMS	29.741	56.136
ISS	1.778	927
IRRF	1.275	2.307
IPI (a)	325	42.046
Outros	2.671	1.978
Passivo Circulante	41.202	108.274

- (a) Em relação ao montante do IPI a recolher, acima verificado, ressaltamos que, nos termos do julgamento do Recurso Extraordinário 946.648/SC pelo Plenário do STF, que, na sistemática de repercussão geral, declarou constitucional a cobrança do IPI sobre a revenda de produtos importados e, nestes termos, os assessores externos da Companhia passaram a avaliar a discussão com probabilidade de perda provável. Diante de tal fato e do risco de cobrança por parte do Fisco Federal, a Companhia, optou por provisionar o montante a ser eventualmente discutido, do período de janeiro de 2016 a dezembro de 2020, no valor de R\$ 42.046. Durante o segundo trimestre de 2021, a Companhia efetuou um novo levantamento, referente ao IPI no momento da revenda relativo aos últimos 5 anos, e o valor real a ser pago foi fechado em R\$ 38.477 nos termos da decisão proferida pelo STF em 2020, após este levantamento, através de denúncia espontânea realizada no primeiro trimestre de 2021, foi pago no valor o principal de R\$ 29.125 e juros e multa de R\$ 9.352.

21. IMPOSTOS PARCELADOS - CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamentos de tributos estaduais	37.325	61.427	37.775	62.220
Parcelamentos de tributos federais	36.087	49.214	109.033	86.442
Parcelamentos de tributos municipais	-	9	-	9
Total impostos parcelados	73.412	110.650	146.808	148.671
Passivo circulante	36.801	40.778	56.681	49.417
Passivo não circulante	36.611	69.872	90.127	99.254

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

Saldo em 01/01/2020	185.385
Adesão dos impostos estaduais	5.876
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	14.350
Parcelas pagas	(56.940)
Saldo em 31/12/2020	148.671
Saldo em 01/01/2021	148.671
Adesão dos impostos	21.156
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	24.880
Parcelas pagas	(47.899)
Saldo em 31/12/2021	146.808

No quadro abaixo estão as informações detalhadas em relação a esses parcelamentos, bem como os vencimentos das parcelas:

Estado	Circulante	Não Circulante	Total geral	2022	2023	2024	2025	2026
RJ	8.549	11.082	19.631	8.548	8.548	2.535	-	-
MG	5.036	1.462	6.498	5.036	1.462	-	-	-
DF	5.826	-	5.826	5.826	-	-	-	-
SP	1.855	1.279	3.134	1.855	1.279	-	-	-
Outros	1.497	1.189	2.686	1.497	908	281	-	-
Total Estaduais	22.763	15.012	37.775	22.762	12.197	2.816	-	-

Parcelamentos ordinários - INSS	3.364	2.601	5.965	3.364	2.259	46	46	250
Refis lei 11.941	19.409	52.438	71.847	19.409	19.409	19.409	13.620	-
Outros	11.145	20.076	31.221	11.145	11.145	8.403	193	335
Total Federais	33.918	75.115	109.033	33.918	32.813	27.858	13.859	585
Total Parcelamentos	56.681	90.127	146.808	56.680	45.010	30.674	13.859	585

Parcelamentos estaduais

A Companhia possui parcelamentos de tributos estaduais em andamento.

Em São Paulo, por exemplo, foi instituído o Programa Especial de Parcelamento – PEP (Decreto nº 62.709, de 19 de julho de 2017 e Decreto nº 60.599, de 04 de julho de 2014), cujo saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 3.134 (R\$ 4.785 em 31 de dezembro de 2020).

Em Minas Gerais, foram instituídos os Programas Regularize (Lei n.º 22.549 de 31 de dezembro de 2017) e Minas em Dia (Decreto nº 43.839, de 29 de julho de 2004), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 6.498 (R\$ 11.957 em 31 de dezembro de 2020).

Já no Estado do Rio de Janeiro foram realizados parcelamentos ordinários (Decreto n.º 44.007 de 27 de dezembro de 2012) e adesão ao Programa Especial de Pagamentos de Débitos Tributários – “PPD 2018” (Decreto nº 46.453, de 10 de outubro de 2018), sendo o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 19.631 (R\$ 29.187 em 31 de dezembro de 2020).

No Distrito Federal os parcelamentos ordinários firmados com o estado foram migrados para o parcelamento Especial instituído pela Lei Complementar nº 976/2020, o saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2021, de R\$ 5.826 (R\$ 11.498 em 31 de dezembro de 2020).

Os parcelamentos de outros Estados a serem pagos pela Companhia em aberto, em 31 de dezembro de 2021 R\$ 2.686 (R\$ 4.793 em 31 de dezembro de 2020).

Parcelamentos federais

Aderimos a parcelamentos especiais concedidos pela Receita Federal do Brasil - RFB, de débitos administrados pela própria RFB, ou pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em conformidade com as Leis nº 11.941/2009 (Refis da Crise), Lei nº 12.996/2014 (Refis da Copa). O saldo em aberto dos referidos programas de parcelamento federais, em 31 de dezembro de 2021 R\$ 109.033 (R\$ 86.442 em 31 de dezembro de 2020).

22. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões de férias e 13º salário	47.957	35.025
Provisões para participação nos lucros	41.568	1.144
Salários a pagar	21.805	15.671
Obrigações com pessoal a pagar	394	692
Contribuições a recolher	268	219
Pensão alimentícia	76	42
Obrigações trabalhistas	112.068	52.793
INSS a recolher	18.397	15.858
FGTS a recolher	2.418	2.737
INSS retido a recolher	3.028	1.862
Obrigações previdenciárias	23.843	20.457
Total de Obrigações	135.911	73.250

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 era R\$ 783.054 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal.

A reserva de capital com ágio era de R\$ 71.050 em 2021 e 2020.

Não houve alterações societárias no ano de 2021.

O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2021:

Acionista	2021	
	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.053.333.161	99,96%
Store Engenharia e Instalações Ltda.	770.000	0,04%
	<u>2.054.103.161</u>	<u>100,00%</u>

b. Lucro por ação - Consolidado

A Companhia calcula o resultado básico por cotas mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos cotistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ativas ordinárias em circulação para o exercício.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Numerário básico/diluído - Controladora	2021	2020 (Reapresentado)
	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.310
Média ponderada de ações	2.054.103	1.416.198
Resultado básico por ação - R\$	0,04	(0,08)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	80.310	(112.225)
Média ponderada de ações	2.054.103	1.416.198
Resultado básico por ação - R\$	0,04	(0,08)

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foram concedidos incentivos fiscais pelos governos locais que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 somaram o montante de R\$ 112.169 (R\$ 64.879 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020).

Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 76.294.

24. RECEITAS LÍQUIDAS – CONSOLIDADO

	31/12/2021			31/12/2020 (Reapresentado)		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	3.552.599	2.271.250	5.823.849	2.797.996	1.658.764	4.456.760
Prestação de serviços	26.302	42	26.344	23.506	38	23.544
Impostos incidentes			-			-
Venda de mercadorias	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)	(674.195)	(275.388)	(949.583)
ICMS - incentivo fiscal (i)	112.169	-	112.169	64.879	-	64.879
Prestação de serviços	(2.314)	(3)	(2.317)	(2.243)	(3)	(2.246)
Devoluções			-			-
Venda de mercadorias	(16.877)	-	(16.877)	(28.984)	-	(28.984)
Receita líquida de vendas	2.876.919	1.877.979	4.754.898	2.180.959	1.383.411	3.564.370

(i) Veja nota explicativa nº 23.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 11.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas) e e-commerce está apresentada abaixo:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Varejo (lojas físicas)	2.474.086	1.760.567
E-commerce	1.078.513	1.037.429
Receita Bruta	<u>3.552.599</u>	<u>2.797.996</u>

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com vendas por região:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Sudeste	2.149.463	1.874.962
Nordeste	593.934	381.908
Sul	414.645	245.352
Centro - oeste	253.936	165.949
Norte	140.621	129.825
Receita bruta de vendas	<u>3.552.599</u>	<u>2.797.996</u>

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso do Companhia, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
1º trimestre	465.986	496.880
2º trimestre	619.666	236.719
3º trimestre	761.982	556.585
4º trimestre	1.029.285	890.775
Receita líquida de vendas	<u>2.876.919</u>	<u>2.180.959</u>

25. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u> (Reapresentado)
Custo da revenda de mercadorias	(1.454.924)	(1.230.989)
Custo da revenda - atacado	(1.872.440)	(1.432.949)
Custo de fretes e logística	(40.347)	(32.022)
	<u>(3.367.711)</u>	<u>(2.695.960)</u>

O custo das vendas para empresa Premier Distribuidora é separado na rubrica de “Custos de revenda – atacado”, e se referem às operações de venda entre as empresas controladas pelo Grupo SBF S.A, conforme nota explicativa nº 11.

26. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Pessoal	(387.135)	(284.097)	(387.135)	(284.097)
Depreciação e amortização	(68.809)	(65.776)	(68.809)	(65.776)
Amortização de direito de uso	(126.130)	(112.532)	(126.130)	(112.532)
Promoções	(97.899)	(92.169)	(97.899)	(92.169)
Utilidades e serviços	(88.776)	(120.352)	(88.776)	(120.352)
Serviços de terceiros	(59.702)	(33.686)	(59.702)	(33.686)
Taxa administrativa	(51.526)	(50.563)	(51.526)	(50.563)
Ocupação	(39.928)	(43.087)	(39.928)	(43.087)
Contingências	4.195	-	4.195	-
(-) Descontos sobre arrendamentos	23.610	44.155	23.610	44.155
Outras despesas	(45.848)	(35.128)	(45.848)	(35.128)
Total das despesas com vendas	(937.948)	(793.235)	(937.948)	(793.235)

	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Pessoal	(90.414)	(25.634)	(90.532)	(25.617)
Depreciação e amortização	(36.028)	(38.659)	(36.029)	(38.659)
Amortização de direito de uso	(21.352)	(14.839)	(21.352)	(14.839)
Promoções	(994)	(900)	(994)	(900)
Utilidades e serviços	(36.548)	(24.429)	(43.126)	(24.433)
Serviços de terceiros	(31.836)	(39.949)	(33.255)	(40.461)
Ocupação	(7.889)	(616)	(7.889)	(616)
Contingências	(9.344)	(22.524)	1.721	(26.716)
(-) Descontos sobre arrendamentos	134	1.953	134	1.953
Outras despesas	(9.034)	(35.145)	(22.889)	(35.297)
Total das despesas administrativas	(243.305)	(200.742)	(254.211)	(205.585)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Ajuste a valor presente (AVP)	3.293	20.686	3.293	20.686
Atualização monetária de impostos	25.603	49.748	25.666	50.639
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.889	185	11.025	2.070
Variação cambial ativa	(409)	7.158	(409)	7.158
Receitas de aplicações financeiras	6.711	14.808	6.707	15.049
Descontos obtidos	16	68	16	69
Juros e multas recebidos	-	3	-	3
Outras	4.964	1.896	2.454	1.898
Receitas financeiras	47.067	94.552	48.752	97.572
Juros sobre contencioso	(8.342)	(16.699)	8.899	(15.559)
Juros de arrendamento mercantil	(110.151)	(96.819)	(110.151)	(96.819)
Juros sobre empréstimos	(23.515)	(7.497)	(23.515)	(7.497)
Ajuste a valor presente (AVP)	(1.719)	(18.865)	(1.719)	(18.865)
Juros sobre desconto de duplicatas	(20)	(5.643)	(20)	(5.643)
Juros sobre atraso de impostos	(21.248)	(11.934)	(28.788)	(11.934)
Tarifas e taxas bancárias	(5.676)	(3.179)	(6.499)	(4.664)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(3.722)	(4.320)	(24.880)	(14.350)
Variação cambial passiva	(3.037)	(5.568)	(3.037)	(5.568)
Juros sobre pagamentos em atraso	(694)	(3.915)	(2.720)	(3.916)
Juros sobre debêntures	(31.379)	-	(31.379)	-
Outras despesas financeiras	(11.428)	(12.561)	(11.428)	(11.554)
Impostos sobre operações financeiras	(317)	(59)	(317)	(59)
Despesas financeiras	(221.248)	(187.059)	(235.554)	(196.428)
Despesas financeiras líquidas reconhecidas no resultado	(174.181)	(92.507)	(186.802)	(98.856)

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras da Companhia. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía uma política formalizada de gerenciamento de riscos, porém possui Conselho de Administração que direciona e acompanha as práticas que norteiam a gestão de riscos que incluem estratégias de minimização de potenciais riscos cambiais, de taxa de juros, de crédito e de liquidez.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças

relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de taxas de câmbio; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as adquirentes de cartão de crédito, responsáveis por 99% dos recebíveis no balanço da Companhia. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, via boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Aplicações financeiras - circulante	215.216	147.504	215.216	147.504
Clientes e administradoras de cartões de crédito	2.029.747	3.171.002	2.029.708	3.171.002
Outras contas a receber	17.147	14.876	19.038	17.620
	2.262.110	3.333.382	2.263.962	3.336.126

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região, perfil de cliente, concentração de vendas riscos distintos nas modalidades de vendas em lojas físicas e e-commerce.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. No primeiro trimestre de 2020 a companhia antecipou grande parte destes recebíveis como método de precaução ao cenário econômico imposto pela pandemia da Covid-19. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis, a amortizar, junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade imediata de caixa (R\$ 4.241 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa, proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis, em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2021, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 434.160 (R\$ 365.385 em 31 de dezembro de 2020).

Índice de endividamento consolidado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Obrigações a curto prazo	(2.406.603)	(3.638.903)	(2.426.864)	(3.643.444)
Caixas e equivalentes	228.287	167.737	234.791	167.964
Contas a receber	2.029.747	3.171.002	2.029.708	3.171.002
	(148.569)	(300.164)	(162.365)	(304.478)
Patrimônio líquido	1.059.678	979.368	1.059.678	979.368
Índice de endividamento líquido	14%	31%	15%	31%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante.

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2021, capital circulante líquido consolidado de R\$ 804.604 (R\$ 726.224 em 31 de dezembro de 2020), ou seja, uma variação positiva de R\$ 78.380.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis.

Os pagamentos a fornecedores, por sua vez, têm vencimentos que chegam a 150 dias após o recebimento em nosso Centro de Distribuição e historicamente temos conseguido aumentar esses prazos, devido a nossa relevância para os fornecedores.

Assim, a Companhia utiliza os recursos das vendas do exercício para quitar as compras feitas no exercício anterior, garantindo assim equilíbrio financeiro para quitar os vencimentos de curto prazo.

A maioria dos empréstimos e financiamentos estão no longo prazo, sendo que apenas 25,19% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 3,84% a.a.

31 de dezembro de 2021	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	519.294	519.294	414.788	104.506	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	-
Debêntures	528.785	648.483	-	127.160	218.245	303.078	-
Impostos parcelados	146.808	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.416.102	1.941.596	41.664	216.422	491.565	422.111	769.834
Outras contas a pagar	50.207	50.207	50.207	-	-	-	-
	2.956.189	3.671.678	522.308	660.874	859.855	858.645	769.996

31 de dezembro de 2020	Valor contábil (Reapresentado)	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	551.444	551.444	354.217	197.227	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	372.125	406.967	3.069	105.904	134.013	163.981	-
Debêntures	226.762	254.842	-	9.381	85.260	160.201	-
Impostos parcelados	148.671	175.032	12.544	62.473	51.202	48.650	163
Arrendamentos a pagar	1.210.900	1.660.247	35.627	185.061	420.334	360.944	658.281
Outras contas a pagar	57.115	57.115	57.115	-	-	-	-
	2.567.017	3.105.647	462.572	560.046	690.809	733.776	658.444

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não havia nenhum empréstimo em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia.

As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros, remunerados por juros da Companhia, corresponde à:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	228.287	167.737	234.791	167.964
Empréstimos e financiamentos	(294.993)	(372.125)	(294.993)	(372.125)
Debêntures	(528.785)	(226.762)	(528.785)	(226.762)
	(595.491)	(431.150)	(588.987)	(430.923)

Análise de sensibilidade

A seguir são demonstradas as análises de sensibilidade que são baseada nas informações fornecidas internamente ao pessoal chave da administração:

Taxa de juros

O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2021 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (9,25% a.a.), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.

	2021	Provável	Aumento dos juros		Redução dos Juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	215.540	19.937	24.921	29.906	14.953	9.969
Empréstimos e financiamentos	(294.993)	(27.287)	(34.109)	(40.931)	(20.465)	(13.644)
Debêntures	(528.785)	(48.913)	(61.141)	(73.370)	(36.685)	(24.457)

Valor justo

Valor justo versus valor contábil

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos e financiamentos são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto e longo prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos e financiamentos estão apresentadas ao longo na nota explicativa nº 19.

Ativos	31/12/2021		
	Valor contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e equivalentes de caixa	19.575	-	19.575
Aplicações financeiras	215.540	215.540	-
Contas a receber	2.029.708	-	2.029.708
Outras contas a receber	19.038	-	19.038
	2.283.861	215.540	2.068.321
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	294.993	-	294.993
Debêntures	528.785	-	528.785
Arrendamentos	1.416.102	-	1.416.102
Fornecedores	1.745.499	-	1.745.499
Impostos parcelados	146.808	-	146.808
	4.132.187	-	4.132.187

Ativos	31/12/2020		
	Valor Contábil	VJR	Custo amortizado
Caixas e equivalentes de caixa	20.460	-	20.460
Aplicações financeiras	147.828	147.828	-
Contas a receber	3.171.002	-	3.171.002
Outras contas a receber	17.620	-	17.620
	3.356.910	147.828	3.209.082
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Debêntures	226.762	-	226.762
Arrendamentos	1.210.900	-	1.210.900
Fornecedores	3.138.881	-	3.138.881
Impostos parcelados	148.671	-	148.671
	5.097.339	-	5.097.339

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valor justo no balanço patrimonial são classificados de acordo com as seguintes categorias:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados nos níveis 1 e 2, correspondentes à caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Ativo	31/12/2021	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	19.575	-	19.575
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	215.540	-	215.540
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	294.993	-	294.993
Debêntures	528.785	-	528.785
Ativo	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	20.460	20.460	-
Caixa e equivalentes de caixa - aplicações financeiras	147.504	-	147.504
Aplicações financeiras	324	-	324

Passivos

Empréstimos e financiamentos	372.125	-	372.125
Debêntures	226.762	-	226.762

Análise de sensibilidade das premissas

As atividades da Companhia a expõem a alguns riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada pela Diretoria de Finanças Corporativas da Companhia. A tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege, contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais.

Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A diretriz da Companhia é a de manter substancialmente seus empréstimos com pagamento em taxa de juros variáveis ao CDI. Visando minimizar riscos, a Companhia tem como prática a manutenção de hedge natural composto por ativos financeiros e recebíveis corrigidos a taxas de juros.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo. Considerando isso, faz a análise de sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, realizando simulações de diversos cenários, levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e hedge natural. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Permanentemente é efetuado acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Basicamente 98,61% % do recebíveis da Companhia está configurado na modalidade de cartão de crédito.

29. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:



Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 4.000.000
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 18.500
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 549.000

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Cristiane Silva
CRC 1SP 266056/O-4

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente Diretor Administrativo, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2021, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente Diretor Administrativo, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2022.

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Gustavo de Lima Furtado – Diretor de Clientes

Olivia Gryscek - Diretor de Gente e Gestão

Thiago Rebelo - Diretor de Operações

Mauricio Nogueira – Diretor de Supply Chain

Marcel de Araújo Viana – Diretor de Inovação e Tecnologia

